

Sarney pede ao SNI que apure a conspiração

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A denúncia de envolvimento do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), numa trama internacional para desnacionalizar a Amazônia foi o tema da conversa de ontem entre o presidente José Sarney e o ministro do SNI, general Ivan de Souza Mendes. O governo quer um acompanhamento detalhado da série de reportagens feita pelo Estado desde domingo. Segundo o porta-voz do Planalto, Antônio Frota Neto, o governo está avaliando o teor das reportagens para depois, se necessário, manifestar-se.

O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, por sua vez, determinou ontem à divisão de análise da central policial da PF que também acompanhe as reportagens de perto.

"A central policial está acompanhando tudo para uma análise. Quando terminar a série de publicações, nós vamos discutir o material, numa reunião, examinar tudo o que foi publicado e tudo o que chegar até nós como informação", explicou. Segundo ele, a Polícia Federal também usará outras análises, "que nós já temos arquivadas".

Para Tuma, não há necessidade de intervenção na área, pois acredita que o governo deve "analisar o assunto no aspecto policial". "A Amazônia é uma região aurífera, de minerais estratégicos de importância vital para a economia brasileira. Isso gera a cobiça de vários povos, que estão vendo esgotadas suas riquezas naturais próprias", disse o delegado. Ele lembrou ainda que o governo brasileiro está desenvolvendo o projeto Calha Norte justamente para promover a ocupação da Amazônia.

Militar condena idéia da soberania restrita

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os ministros do EMFA e da Aeronáutica, general Paulo Campos Paiva e brigadeiro Octávio Moreira Lima, elogiaram ontem a iniciativa de O Estado de S. Paulo de denunciar as tentativas estrangeiras de internacionalizar a Amazônia. Campos Paiva lembrou que o marechal Francisco de Paula Argollo, ex-ministro da Guerra, já havia alertado para a cobiça estrangeira na região em 1904. "Há uma conspiração internacional e temos de defender a área de falsos missionários", afirmou, por sua vez, o brigadeiro Moreira Lima.

O general Paulo Campos Paiva, ainda lembrando o ex-ministro Argollo, disse que ele já se mostrava preocupado com a cobiça das nações estrangeiras que, a pretexto de os brasileiros não se mostrarem capazes, de explorar a Amazônia, e em benefício da humanidade, defendiam a idéia de internacionalizá-la e de tornar os seus recursos benéficos para a humanidade. "Quero saber se, no testamento de Adão e Eva, a Amazônia estava destinada a outras nações ou ao Brasil. Não aceito qual-

quer idéia de soberania restrita do Brasil sobre a Amazônia", afirmou. Segundo ele, "a projeção de nosso poder sobre aquela área é uma medida que vem sendo tomada paulatinamente pelas Forças Armadas".

O brigadeiro Moreira Lima também fez elogios à matéria de O Estado e disse que telefonou ao diretor do jornal, Júlio de Mesquita Neto, cumprimentando-o pela reportagem e oferecendo os préstimos da FAB no que fosse necessário para levar a denúncia adiante. Ele disse ainda que já havia falado com o presidente Sarney sobre a existência de "falsos representantes de interesses estrangeiros" na área, durante a última visita de ambos à Amazônia. "Essa história dos índios é apenas uma cortina de fumaça", ironizou.

Segundo o ministro da Aeronáutica, o Conselho de Segurança Nacional já dispunha de algumas informações sobre o assunto, garantindo que o objetivo do projeto Calha Norte não é fazer uma ocupação militar e sim criar condições favoráveis para que os brasileiros ocupem a área. O projeto, conforme ele, é consequência de uma prévia avaliação do Conselho sobre a necessidade da ocupação da área.

Cônego nega o seu envolvimento

AGÊNCIA ESTADO

O subsecretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cônego Pedro Celso da Silva, disse ontem, em Brasília, que O Estado de S. Paulo "não é um jornal sério", referindo-se à matéria que incluiu seu nome como um dos participantes de uma reunião, ocorrida em junho, com representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e com o presidente da Biblioteca de Desenvolvimento Econômico do Brasil, Mauro R. Nogueira, para discutir a exploração de minério nas terras indígenas.

O cônego Pedro Celso revelou estar "estarecido" com a matéria publicada ontem por O Estado, garantindo que nunca participou de tal reunião.

Tropas estão prontas para o que der e vier

BOA VISTA Do correspondente

"O trabalho do jornal O Estado de S. Paulo é de todo elogiável, pois mostra que ainda temos muito o que fazer para garantir as fronteiras do Brasil para os brasileiros", afirmou ontem, em Boa Vista, o comandante militar de Roraima, coronel Joécio de Campos Silveira, sobre a série de reportagens de O Estado denunciando que a defesa da questão indígena envolve interferência estrangeira na Amazônia.

Sobre a responsabilidade que o Exército tem na manutenção da segurança nacional na região, o coronel Silveira observou que as unidades de Roraima "estão prontas para o que der e vier". E informou que já apressou a instrução de um novo contingente de soldados, recentemente incorporado à tropa, "para que Roraima tenha tranquilidade no caso de haver uma necessidade imediata de deslocamento de tropas".

"A série que o Estadão está publicando é o trabalho jornalístico mais sensacional que já vi", afirmou ontem o coronel da reserva José Ramos Torres de Melo, responsável pela divulgação no Brasil, em 1984, do documento publicado pelo jornal venezuelano El Universal, denunciando a campanha promovida por grupos estrangeiros para a internacionalização da Amazônia. O coronel Torres de Melo considera que as reportagens de O Estado de S. Paulo lhe trouxeram "uma recompensa especial muito gratificante" pela luta que sempre travou "contra a interferência estrangeira na Amazônia e, em especial, em Roraima".

Ontem, mais uma vez, o bispo dom Aldo Mongiano, da diocese de Roraima, negou-se a comentar as denúncias que envolvem o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na internacionalização da Amazônia. Sua secretaria alegou que dom Aldo "continua recuperando-se de uma enfermidade".

Para ele, não só os diálogos reproduzidos mas como todo o conjunto de matérias publicadas na série "Os Índios e a Nova Constituição" são "completamente mentirosos". Ele afirmou que "apenas uma vez" esteve com Mauro Nogueira, "há mais ou menos um mês". Nessa ocasião, Nogueira teria lhe pedido ajuda para realizar uma pesquisa sobre exploração de minérios em áreas indígenas.

O presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), pastor Gottfried Brakemeler, em nota divulgada ontem em Porto Alegre, manifestou sua "inconformidade" com as matérias de O Estado e disse que tanto a entidade quanto cada uma das igrejas que ele reúne "desconhecem a existência do mencionado documento 'Diretriz Brasil nº 4 — Ano 0'".

Deputado quer CPI sobre a trama externa

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os deputados Adolfo de Oliveira (PL-RJ) e Gerson Peres (PDS-PA) vão pedir hoje à Mesa da Câmara a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias de O Estado sobre "a grande conspiração, estrangeira e interna, contra a soberania e os legítimos interesses do Brasil". Para tornar possível a CPI, Oliveira vai apresentar a Ulysses Guimarães um projeto de resolução — figura prevista no regimento interno da Constituinte — para superar o impasse constitucional existente na limitação de cinco CPis em funcionamento simultâneo, uma vez que cinco já estão formadas, embora em inatividade.

Na justificativa ao seu projeto, Oliveira enfatiza que interessa ao Brasil a verdade e, por isso, não será a limitação formal do número de CPis que vai impedir a investigação. A seu ver, o projeto de resolução é o caminho adequado para a convocação da CPI sobre o assunto, "muito mais importante do que as demais". E ressaltou que a própria Constituinte "recebe, certamente, uma terrível ameaça, com a revelação de que o Cimi, órgão da CNBB, se atreveu a expedir, em 1981, diretrizes pormenorizadas para a ação no Brasil, nas quais se previa, até, que se deveriam introduzir emendas constitucionais para garantir o êxito da operação, e se recomendava que os arquivos secretos fossem assim mantidos. Além disso, funcionários do Cimi reclamavam da insuficiência de verbas, recomendando que se prestasse maior atenção a tais arquivos, revelando que existiria um deles enterrado em alguma parte do território nacional, tudo isso baseado em documentos que o jornal afirma serem fidedignos".